



# **Comunidades resistindo aos extrativismos: da bioeconomia aos monocultivos e à mineração**

**Boletim do WRM 271**

**Agosto 2024**

[Acesse o Boletim no site do WRM](#)

[ASSINE O BOLETIM](#)

# Índice

NOSSA OPINIÃO. Os projetos de carbono são projetos de morte.....	3
A expansão insana do dendê industrial nas terras de Papua e a luta de resistência de Kampung Bariat.....	6
O caráter destrutivo da bioeconomia e a luta pelo território da comunidade Virgílio Serrão Sacramento no Pará, Brasil.....	13
Orinoquia Colombiana: Entre o esquecimento, o extrativismo e a reserva agrícola...17	
Camarões: A resistência contra as operações de replantio da SOCAPALM é fértil!...24	
Argentina: Luta comunitária contra a poluição das serrarias.....	26
DOS ARQUIVOS DO BOLETIM DO WRM	
Para reler: Uma reflexão vinda da África: Vencer o medo para construir movimentos mais fortes.....	29
RECOMENDADOS	
Nova publicação: Prometer, dividir, intimidar e coagir: táticas que as empresas de óleo de dendê usam para tomar terras de comunidades. Edição resumida.....	29
Argentina: Exigência de justiça pelo despejo de famílias camponesas pela Arauco..	29
Projeto de desenvolvimento alimentar e energético em Merauke ameaça os povos indígenas e as florestas em Papua.....	30
República Democrática do Congo: Direitos dos indígenas Batwa de retornar às suas terras ancestrais dentro do Parque Nacional Kahuzi-Biega são reconhecidos após décadas de luta.....	30

## NOSSA OPINIÃO

# Os projetos de carbono são projetos de morte

**Este boletim destaca vários casos em que a expansão dos projetos de carbono se tornou parte integrante do modelo extrativista. Considerando-se que esse modelo vem destruindo os territórios e meios de subsistência das pessoas há muito tempo, compartilhamos artigos sobre formas antigas e novas de extrativismo, e sobre como as comunidades continuam lutando para resistir a elas.**

De 9 a 11 de julho de 2024, membros de povos indígenas, camponeses, tradicionais e afrodescendentes da região amazônica e da América Central se reuniram na Terra Indígena Alto Turiaçu, no estado brasileiro do Maranhão. O encontro foi promovido e organizado pelo Povo Ka'apor, por meio do seu sistema ancestral de organização, denominado *Tuxa Ta Pame*. O objetivo era compartilhar experiências e discutir projetos de carbono florestal, muitas vezes chamados de REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal). Esse tipo de projeto aumentou muito em número nos últimos anos, não apenas na América Latina e na Amazônia, mas também na África e na Ásia.

Essa reunião no território Ka'apor foi diferente de outros encontros sobre o mesmo tema. Ela foi um espaço de e para ativistas e grupos comunitários, no qual eles compartilharam experiências, prioridades, preocupações e lutas de resistência, sem a presença de promotores de projetos de carbono.

Os participantes da reunião também decidiram fazer uma [declaração](#) coletiva. Nela, eles começaram esclarecendo que, quando falam sobre REDD, também estão incluindo projetos “criados seguindo a mesma lógica do REDD (por exemplo, quando se fala de projetos de carbono florestal, projetos de soluções baseadas na natureza ou programas jurisdicionais de REDD implementados por governos estaduais ou provinciais e governos nacionais, entre outros)”.

Eles prosseguem analisando como os promotores de projetos e programas de carbono florestal não são diferentes de outras empresas e atores que promovem o extrativismo. Na verdade, o REDD faz parte do mesmo modelo que há muito tempo vem se apropriando dos seus territórios e destruindo seus meios de subsistência, com o apoio do Estado. Os defensores do REDD usam as mesmas táticas de quem promove outros tipos de extrativismo, e com o mesmo objetivo: lucrar. Neste caso, a sua “commodity” são os “créditos de carbono”.

Os “créditos de carbono”, por sua vez, alimentam a perpetuação do modelo extrativista, por isso é mais correto chamá-los de “créditos de poluição”. De acordo com a declaração, os projetos de REDD – que incluem programas de “REDD jurisdicional” ou “REDD governamental” financiados por governos do Norte, como Noruega, Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos – “busca[m] maiores benefícios econômicos para seus negócios [de REDD] e incentiva[m] o desmatamento, pois quanto mais desmatamento, mais negócios para as empresas que vendem créditos de carbono”. A declaração prossegue dizendo que “como outras falsas soluções para a catástrofe climática, chamadas de ‘exploração de petróleo não convencional’, ‘biocombustíveis’, ‘mineração

responsável ou ouro verde’, ‘transição energética’, [o REDD] é uma maquiagem verde que permite que as empresas continuem seus negócios e poluindo”.

Devido a essa situação, os participantes da reunião chamaram os projetos e programas de carbono florestal de “projetos de morte”, em contraste com o “projeto de vida que é levado adiante pelos povos e comunidades, através do respeito e cuidado com nossos territórios”.

Os artigos deste boletim destacam diversas regiões onde a expansão dos projetos de carbono se tornou parte integrante do extrativismo. Considerando-se que esse modelo vem destruindo os territórios e meios de subsistência das pessoas há muito tempo, compartilhamos artigos sobre formas antigas e novas de extrativismo nos territórios das comunidades.

Por exemplo, no departamento de Vichada, na Colômbia, os impactos da mineração, das monoculturas e de outras formas de extração estão sendo agravados pela introdução de projetos de carbono, incluindo plantações estabelecidas com esse objetivo.

Atualmente, a terra de Papua é uma importante fronteira global para a expansão industrial do dendezeiro e o desmatamento. Mas também é território de centenas de Povos Indígenas. Um artigo deste boletim descreve a resistência de um desses grupos e a forma como o governo indonésio está permitindo não só uma grande expansão do dendezeiro, mas também que as empresas usem parte das suas áreas de concessão para vender créditos de carbono.

Em Corrientes, na Argentina, a comunidade luta contra os impactos gerados pelas serrarias que cercam suas casas, resultado da existência de milhares de hectares de monocultura de eucaliptos e pinos na região. Um levantamento realizado pela comunidade sobre os impactos dessas serrarias na sua saúde da comunidade mostra a inviabilidade mantê-las perto das casas, além de denunciar outra vez do próprio modelo de monocultura de árvores, imposto sobre a região pelas empresas como todo o apoio do Estado.

Outro artigo relata a importante vitória das comunidades de Edéa em Camarões, que se mobilizou para evitar que a empresa SOCAPALM que promove plantações de monocultura do dendê na região, fizesse o replantio nas áreas do entorno das comunidades. Numa declaração, uma associação de mulheres de Edéa afirma que “nos não aceitamos ficar na miséria pelos próximos 50 anos. Somos determinados para lutar para libertar nossa terras e conseguir espaços de vida para nossas crianças, as gerações atuais e futuras”.

Outro artigo relata uma luta camponesa no estado brasileiro do Pará, onde acontecerá a conferência anual da ONU sobre o clima em 2025. O governo do estado está aproveitando essa etapa para promover a ideia de uma “bioeconomia” ou “economia da vida” como solução para as crises do clima e do desmatamento. No entanto, essa “bioeconomia” – que se baseia em plantações industriais de dendê para biodiesel e outros produtos – está, na verdade, destruindo os territórios e os meios de subsistência das comunidades camponesas. E isso está ocorrendo em conluio com o governo do Pará.

## Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

Este último exemplo sintetiza as palavras finais da referida declaração, que aqui destacamos: “Estão nos matando desde a colonização. Atualmente, os projetos de petróleo, mineração, agronegócio, hidrelétricas e outros projetos de infraestrutura e projetos de compensação de carbono, como o REDD, juntamente com as políticas de Estado, continuam com o etnocídio de nossos povos, matando nossas culturas, idiomas, identidades, conhecimento e sabedoria. Nós dizemos Basta! Não ao REDD!”

## **A expansão insana do dendê industrial nas terras de Papua e a luta de resistência de Kampung Bariat**

**Tal como fizeram os colonizadores holandeses no passado, o governo, as empresas e os investidores indonésios consideram que as terras de Papua são um vasto território vazio, uma nova fronteira para a extração e o lucro. Porém, essas terras não são vazias, e sim o lar de centenas de Povos Indígenas, incluindo mulheres e homens da aldeia de Kampung Bariat, que lutam para garantir o controle do seu território ancestral e mantê-lo a salvo de plantações de dendezeiros..**

Numa noite de outubro de 2023, dezenas de mulheres de Kampung Bariat, uma aldeia no distrito de Kondo, regência de Sorong, na província da Papua Ocidental, reuniram-se no centro da sua comunidade para compartilhar os diferentes usos que fazem e relações que desenvolvem com a floresta, e os catalogar. Esses usos e relações são essenciais para suas tarefas de cuidado, alimentação e garantia da saúde e do bem-estar de suas famílias e sua comunidade. Iluminadas por umas poucas lâmpadas, elas anotaram e descreveram conhecimentos tradicionais sobre locais de importância especial no entorno da sua comunidade – por exemplo, onde se podem encontrar palmeiras para um bom sagu, alimento básico da comunidade, plantar determinadas cultivos, coletar certas ervas medicinais, raízes e folhas, lugares sagrados, e assim por diante. Foi um exercício alegre, revelando um vínculo profundo e forte das mulheres com o seu território.

Mas a razão para se fazer esse exercício não era nada alegre. Em 2014, o governo indonésio, em Jacarta, decidiu dar uma concessão de 37 mil hectares em Sorong do Sul à empresa PT Anugerah Sakti Internusa, uma subsidiária do Grupo Indonusa Agromulia (1). As licenças outorgadas posteriormente pelas autoridades de Papua permitiram que a empresa começasse a destruir 14.467 hectares naquela área de concessão (à época, composta por 96% de floresta intacta) e plantar milhões de dendezeiros (2). O futuro da aldeia de Kampung Bariat ficou ameaçado porque a concessão se sobrepõe ao seu território. A comunidade não foi informada e muito menos deu sua opinião ou consentimento sobre a concessão.

Naquela noite de outubro, as mulheres de Kampung Bariat também falaram sobre a empresa. Irritadas com a situação, elas dizem: “Precisamos impedir que os dendezeiros entrem aqui!” e “nós podemos cuidar do nosso território!” Os cerca de 300 mulheres e homens que vivem em Kampung Bariat cuidam do seu território há gerações, desde que dez clãs familiares se uniram e se estabeleceram na área. Eles se identificam como Tehits, um grupo indígena pertencente ao povo Afsya.

## **Expansão industrial do dendezeiro em Papua e na Indonésia**

De acordo com dados oficiais, há em torno de 16 milhões de hectares de plantações industriais de dendê na Indonésia, cerca de metade da quantidade total no mundo. Contudo, a Sawit Watch, uma ONG indonésia que monitora o setor de dendê, estima que a área total dessas plantações no país esteja próxima dos 25 milhões de hectares (3) e prevê milhões a mais no futuro. Em 2023, as plantações industriais de dendezeiros na Indonésia aumentaram 116 mil hectares, um crescimento de 54% em comparação com 2022 (4).

Com as ilhas de Kalimantan, Sulawesi e partes de Java, Papua pretende ser a nova fronteira para a enorme expansão do dendê na Indonésia e no mundo. Isso se deve ao seu vasto território e às condições que o governo do país oferece a empresas e investidores. Essas condições se tornaram cada vez mais favoráveis, facilitadas em parte pela chamada Lei Geral (5). As províncias são alvo de muitos outros megaprojetos de mineração, plantações de cana-de-açúcar, projetos agrícolas de grande escala denominados “propriedades alimentares” e o antigo projeto hidrelétrico de Mamberano, todos os quais causariam impactos devastadores. Não é por acaso que Papua, com os seus vastos “recursos naturais”, foi o último território sobre o qual os colonizadores holandeses tentaram manter o controle, mas eles tiveram de desistir devido à pressão internacional (6).

A justificativa jurídica que o governo central, em Jacarta, usou para entregar terras florestais a empresas que promovem a monocultura do dendê e extração de outros produtos em Papua se baseia em uma decisão do Ministério da Agricultura tomada durante o regime de Suharto (n.º 820/1982). Segundo essa justificativa, a área florestal de Papua, estimada em 41 milhões de hectares, é de “florestas estatais”, o que retirou o poder dos Povos Indígenas para manejar e tomar decisões sobre os territórios que tradicionalmente ocupam e dos quais dependem.

### **Uma expansão insana**

Tanto o governo holandês do passado como o governo indonésio posterior afirmaram ser “donos” da Papua, ignorando completamente a presença de comunidades indígenas. Eles agiram como se aquelas fossem terras vazias e sem uso, onde os interesses capitalistas poderiam extrair e lucrar. No entanto, uma pesquisa de Pusaka revelou a presença de pelo menos 10.472 aldeias em Papua, habitadas principalmente por Povos Indígenas. O relatório acrescentava que todas essas comunidades dependem de um território mais vasto, que elas manejam segundo suas práticas, seus costumes e suas crenças, etc. (7). A maior área sob concessão para a plantação de dendezeiros é o chamado projeto Tanah Merah, na regência de Boven Digoel, província de Papua do Sul. Sete empresas controlam a área, em um total de 280 mil hectares. O projeto viola o território onde o Povo Awyu reside e do qual depende (8).

Os 29 milhões de hectares já cobertos por plantações industriais de dendê em todo o mundo também não estavam “vazios” quando foram ocupados para essa atividade, muito pelo contrário (9). Há muitas experiências bem documentadas sobre comunidades cujas terras foram tomadas por empresas de dendê. Essas experiências – histórias de violência que vivenciaram, abusos enfrentados pelas mulheres, destruição e contaminação da terra e da água – são

surpreendentemente semelhantes, e é por isso que uma nova rodada de expansão do dendê em grande escala, com foco em Papua, é uma ideia tão insana.

Entre os aspectos comuns a essas histórias e experiências de Indonésia, Malásia, Tailândia, Colômbia, Nigéria, Guatemala, Papua Nova Guiné, Costa do Marfim, Honduras, Brasil, Equador, Camarões e muitos outros países estão:

- Os territórios das comunidades indígenas e negras são os mais visados, violando seus direitos territoriais e destruindo seus meios de subsistência. Nas terras de Papua, por exemplo, a expansão do dendê causou conflitos com comunidades indígenas em todos os casos. Até 2018, 272 mil hectares de área majoritariamente florestal em Papua tinham sido convertidos em plantações industriais, deixando para trás um rastro de destruição não só de florestas, mas também de meios de subsistência (10).

- Além da terra, o dendê industrial se apropria da água. Mais terra e água foram apropriadas para os dendezeiros industriais em Kalimantan Ocidental do que em qualquer outro lugar do planeta. Uma investigação revelou a apropriação, a contaminação e a destruição de água em grande escala em toda a cadeia de produção de óleo de dendê, o que afeta toda a região e a sua população. Sem água, ninguém sobrevive (11).

- O dendê passou a ser o óleo vegetal mais barato do mundo devido à implacável exploração de mão de obra de pessoas que anteriormente se sustentavam da floresta, da agricultura e da pesca. Os lucros das empresas de dendê são reforçados pela exploração e o controle dos corpos das mulheres. Quando os dendezeiros industriais invadem o território de uma comunidade, a vida das mulheres fica extremamente difícil. A destruição de um rio, por exemplo, tem implicações profundas para elas. Devido à atual divisão sexual do trabalho, em que são as mulheres que sustentam a vida, os impactos destrutivos dos dendezeiros aprofundam a opressão que elas sofrem. As empresas também exploram o trabalho das mulheres nas plantações. A prostituição e a violência sexual contra as trabalhadoras são generalizadas nesse contexto (12).

- Mesmo quando há evidências de contaminação da água ou outras leis foram descumpridas, as empresas de dendezeiros desfrutam de impunidade. Entretanto, ao dizer NÃO às plantações industriais de dendê e defender seus direitos humanos em seu território, os ativistas comunitários enfrentam intimidação, ameaças de morte, criminalização, acusações de terrorismo e prisão.

- Certificados de “controle de qualidade”, como o da RSPO (Mesa Redonda sobre Óleo de Palma/Dendê Sustentável), criado há 20 anos, tornaram-se ferramentas de lavagem verde para o setor. Esses certificados não alteram os padrões estruturais de injustiça, violência e destruição, e seus mecanismos internos para denúncia não mudam o comportamento das empresas na prática, e sim garantem lucros para produtores de óleo de dendê, investidores, comerciantes e fabricantes (13). Essas ferramentas e certificados são corresponsáveis pelas múltiplas opressões causadas pelas indústrias extrativas no Sul Global.

Hoje em dia, os “biocombustíveis” ou “agrocombustíveis” provenientes do óleo de dendê são vendidos ao público como “energia renovável” e fazem parte da chamada “transição energética”. Essa é a mais recente mentira que a indústria do óleo de dendê espalhou para justificar a sua imensa expansão. Já em 2013, uma pesquisa da GRAIN revelou que o atual sistema alimentar impulsionado pelo agronegócio, do qual o setor do óleo de dendê é um ator fundamental, é responsável por cerca de metade das emissões globais de gases de efeito de estufa (14).

### **Kampung Bariat e outras comunidades estão reagindo**

De volta a Kampung Bariat, em outra noite de outubro de 2023, a comunidade se reuniu para assistir ao vídeo sobre uma visita de alguns membros da comunidade à capital da Indonésia, Jacarta, a cerca de 3 mil km dali. As imagens mostraram moradores manifestando suas preocupações a diferentes autoridades em Jacarta. Yuliana Kedemes, uma das participantes da visita, resumiu a mensagem em uma entrevista: “Não podemos permitir que [as empresas de dendê] venham para cá. Onde nossos filhos e netos vão viver no futuro?” (15)

No dia seguinte, a comunidade recebeu autoridades da regência de Sorong do Sul e do distrito de Kondo. Elas foram recebidas na língua tehit por representantes dos dez clãs, que lhes contaram a história da fundação de Kampung Bariat e entregaram uma pasta com documentação e um mapa que mostra o profundo vínculo de mulheres e homens com seu território. Eles afirmaram que precisam de, no mínimo, 3.200 hectares para garantir a sobrevivência da sua comunidade, e as autoridades declararam que apoiariam as reivindicações do povo de Kampung Bariat. A luta dessa comunidade e de muitos outros povos indígenas de Papua contra as permanentes ameaças dos dendezeiros recebeu um apoio sem precedentes quando, em abril de 2021, quatro empresas de dendê tiveram suas licenças revogadas pelo regente de Sorong. Esse apoio se baseou em uma auditoria iniciada em 2018, que identificou descumprimento de leis e medidas administrativas por parte das empresas. As licenças de outras 12 empresas de óleo de dendê foram revogadas em junho de 2021 em Sorong do Sul, incluindo as da PT Anugerah Sakti Internusa, cuja concessão se sobrepõe ao território de Kampung Bariat (16). No entanto, a PT Anugerah Sakti Internusa recorreu à Justiça em dezembro de 2021 para contestar a decisão, na tentativa de recuperar suas licenças.

Outros povos indígenas de Papua estão envolvidos em processos judiciais. No caso da maior área de plantação de dendezeiros de Papua – o projeto Tanah Merah – o povo Awyu está lutando por seus direitos na justiça, inclusive no Supremo Tribunal. Em maio de 2024, os povos indígenas Awyu e Moi viajaram a Jacarta, onde fizeram orações e rituais e realizaram danças pedindo ao Supremo Tribunal que protegesse suas terras da destruição (17).

Parte do que os Povos Indígenas de Papua estão apontando ao governo central é o abandono generalizado das concessões por parte das empresas em Papua. Uma pesquisa de Pusaka mostrou que, de 1988 a 2011 (quando se declarou uma moratória presidencial sobre o desmatamento florestal), apenas 125.284 hectares dos 1.162.893 concedidos a 51 empresas de dendezeiros (10,7% da área) foram realmente convertidos em dendê. Enquanto isso, várias dessas empresas pararam de operar. Se também forem incluídas as concessões para plantações visando a exploração de

madeira, a quantidade de terras abandonadas, considerando as concessões outorgadas durante esse período de 1988-2011, essa área chega a 1.925.306 hectares. Os Povos Indígenas reivindicam que o governo lhes devolva essas terras, por serem seu território ancestral, e reconheça seus direitos territoriais (18).

### **Extrativismo “verde”**

Em vez de responder às reivindicações legítimas dos Povos Indígenas, o governo indonésio está permitindo que mais um tipo de extrativismo se expanda no país, com toda a apropriação de terras e especulação que lhe está associada: o extrativismo “verde” dos projetos e programas de carbono florestal. Nos últimos anos, desde o Acordo Climático de Paris, a demanda por créditos de carbono tem sido alimentada pelo frenesi das grandes indústrias poluidoras para se tornarem “neutras em carbono”. Na verdade, ao comprar esses “créditos”, essas empresas poluidoras continuam com suas atividades e até aumentam a queima de combustíveis fósseis, principal causa do caos climático. É por isso que os “créditos de carbono” deveriam ser chamados de “créditos de poluição”.

Esse mercado de carbono é do interesse do governo indonésio, que já recebeu dezenas de milhões de dólares do Banco Mundial, do Fundo Verde para o Clima e dos governos de países industrializados, como Noruega, Alemanha, Japão e Reino Unido, para se tornar “pronto para o REDD”. Isso significa implementar a “infraestrutura” necessária, como legislação favorável e métodos para supostamente medir e confirmar a quantidade de carbono nas florestas indonésias, que são comparados com valores de referência definidos pelo governo e pelos próprios doadores (19).

Além de ser uma possibilidade para a chamada “indústria da conservação” – por exemplo, organizações como The Nature Conservancy (TNC), Conservation International (CI) e World Wildlife Fund (WWF) – aumentar as “áreas protegidas”, o negócio do carbono em Papua também se tornou uma nova oportunidade para indústrias extrativas, como as que promovem plantações de dendzeiros e a exploração de madeira. Mas seu novo negócio está agravando o caos climático e tornando ainda mais difícil a luta dos Povos Indígenas por seus direitos territoriais..

---

### **Quadro: O mercado de carbono e o comércio de carbono: uma nova oportunidade para as indústrias extrativas, uma nova ameaça para os Povos Indígenas em Papua.**

Empresas de dendê e outras podem agora explorar uma nova fonte de receita em Papua. Em vez de destruir florestas para explorar madeira ou plantar dendzeiros, elas podem deixar a floresta “em pé” e ainda assim ganhar dinheiro, vendendo um novo produto chamado “créditos de carbono”, com base na promessa de que manterão a floresta intacta em vez de desmatá-la. O governo indonésio permite que empresas da categoria de concessão PBHP (Licença para Uso Comercial de Florestas) usem áreas de concessão para mais de uma atividade, que pode incluir créditos de carbono. O Grupo ALS (grupo Alamindo), por exemplo, proprietário de três madeireiras e indústrias em Papua, pretende estabelecer um negócio de carbono através da PT Rimbakayu Arthamas, em colaboração

com outras nove empresas, fazendo uso desse tipo de licença (20).

No Brasil, as empresas de dendê entraram no mercado de carbono de maneira semelhante, prejudicando ainda mais as comunidades indígenas. A Agropalma, no estado do Pará, na região amazônica, está usando terras florestais (não cultivadas com dendê) para vender “créditos de carbono”. Essas “florestas de carbono” são “protegidas” por guardas fortemente armados que perseguem as comunidades indígenas Turiwara e quilombolas. Esses povos sempre tentarão entrar na floresta, pois ela é seu território tradicional, onde estão localizados seus cemitérios ancestrais e locais de pesca e caça (21). Com o recente projeto de carbono florestal, sua luta de longa data para recuperar estas terras se tornou ainda mais difícil.

---

Em nível global, 17 anos de experiência com carbono florestal e outros projetos do tipo REDD mostraram que, onde o negócio do carbono avança, a luta das comunidades indígenas por seus direitos territoriais se fragiliza. Isso apesar de os promotores e apoiadores de projetos de carbono afirmarem e prometerem que esses projetos irão promover e aprimorar os direitos territoriais dos povos indígenas” (22). O que é pior, os projetos pouco fazem para reverter o desmatamento e agravam o caos climático, o que acabará afetando negativamente as florestas tropicais e, portanto, os Povos Indígenas. Segundo pesquisas, a floresta amazônica está em rápido processo de “secagem”, e poderá se tornar uma grande savana em um futuro próximo se os governos, em particular dos países industrializados, não decidirem rapidamente proteger da extração o estoque subterrâneo de combustíveis fósseis (23).

### **Considerações finais**

O governo indonésio não pode mais ignorar a existência de Povos Indígenas nas terras de Papua, cujas delegações visitam regularmente os seus gabinetes na capital, Jacarta. Entregar as terras desses povos a empresas privadas e permitir que elas as destruam ou pratiquem o extrativismo “verde” é uma flagrante violação do artigo 33 da Constituição, que afirma que, embora pertença ao Estado, a terra deve ser “utilizada, em maior medida, para a prosperidade do povo indonésio.” Numa entrevista recente à Al Jazeera, o presidente eleito do país, Prabowo, chegou a afirmar que “os interesses, a segurança e o futuro de todos os povos indígenas são a maior prioridade, na [sua] opinião. Temos que protegê-los, temos que garantir a sua subsistência” (24).

Contudo, garantir os seus meios de subsistência significa garantir que eles possam exercer livremente o controle sobre seus territórios. Essa exigência tem sido sistematicamente ignorada pelo governo. Portanto, é fundamental fortalecer a luta de resistência, o que pode se dar através de processos de aprendizagem horizontais, que conectem comunidades em todo o mundo, para que elas possam compartilhar toda a sua diversidade de experiências de resistência contra as plantações. Um exemplo disso é a aliança informal contra a expansão industrial dos dendezeiros na África Ocidental e Central, que desde 2016 tem conectado comunidades que lutam para recuperar suas terras das empresas de dendê em vários países africanos (25). Conectar as lutas contra o dendê e outras ameaças extrativistas pode ser fundamental para fortalecer a luta permanente das comunidades de Papua para defender seus territórios.

## Secretariado Internacional do WRM

- (1) <https://awasmifee.potager.org/uploads/2015/04/atlas-sawit-en.pdf>
- (2) <https://news.mongabay.com/2022/01/spurred-by-investor-friendly-law-palm-oil-firms-sue-to-get-licenses-back/> (3) Sawitwatch. Catatan&Proyeksi perkebunan sawit Indonesia tahun 2023, 2023
- (4) <https://nusantara-atlas.org/2023-marks-a-surge-in-palm-oil-expansion-in-indonesia/>
- (5) <https://www.wrm.org.uy/bulletin-articles/indonesia-legalizing-crimes-under-the-slogan-of-creating-jobs>
- (6) Depois que o governo indonésio assumiu o poder, o primeiro investimento estrangeiro aprovado para as terras de Papua, em 1967, abriu a porta para a Freeport Sulpur Inc. extrair minério daquela que é considerada uma das maiores reservas de ouro do mundo, com impactos devastadores sobre as comunidades, os quais se mantêm até hoje.
- (7) [Brief Paper: Karena ada Hutan Tong Hidup](#), Jakarta, 2023
- (8) <https://pusaka.or.id/en/the-awyu-tribe-fights-the-tanah-merah-project-companies-up-to-the-supreme-court/>
- (9) <https://grain.org/en/article/7123-oil-palm-in-latin-america-monoculture-and-violence>
- (10) [https://www.cifor-icraf.org/publications/pdf\\_files/factsheet/7444-factsheet.pdf](https://www.cifor-icraf.org/publications/pdf_files/factsheet/7444-factsheet.pdf)
- (11) [Toxic river. The fight to reclaim water from oil palm plantations in Indonesia](#), dezembro de 2020, [Kruha et al](#),
- (12) <https://www.wrm.org.uy/publications/breaking-the-silence-harassment-sexual-violence-and-abuse-against-women-in-and-around-industrial-oil-palm-and-rubber-plantations> and <https://www.aljazeera.com/news/2020/11/18/rape-abuses-in-palm-oil-fields-linked-to-top-cosmetic-brands-ap>
- (13) Ver, por exemplo: <https://chainreactionresearch.com/report/latin-american-palm-oil-linked-to-social-risks-local-deforestation/> or <https://news.mongabay.com/2015/03/whos-funding-palm-oil/>
- (14) <https://grain.org/en/article/5272-how-much-of-world-s-greenhouse-gas-emissions-come-from-agriculture>
- (15) <https://news.mongabay.com/2022/01/spurred-by-investor-friendly-law-palm-oil-firms-sue-to-get-licenses-back/> (16) Idem
- (17) <https://pusaka.or.id/en/land-back-supreme-court-ceremonial-venue-for-papuan-indigenous-peoples-fighting-palm-oil-companies/> Até agora, apenas sete comunidades garantiram o controle de suas terras por meio de uma categoria jurídica criada por alterações na Lei Florestal de 2012, a das chamadas “florestas consuetudinárias”, que totalizam 39.841 hectares. É um passo importante, embora insignificante quando comparado com as áreas liberadas para as empresas, que estão tendo fortes impactos sobre os meios de subsistência e ameaçando o futuro dos Povos Indígenas.
- (18) [Brief Paper: Karena ada Hutan Tong Hidup](#), Jakarta, 2023
- (19) Estratégia Nacional da Indonésia para o REDD+ 2021-2030; Ministério do Meio Ambiente e das Silvicultura da República da Indonésia, novembro de 2022
- (20) <https://pusaka.or.id/en/tag/papuanforests/>
- (21) <https://www.wrm.org.uy/bulletin-articles/redd-and-the-green-economy-exacerbate-oppression-and-deforestation-in-para-brazil>
- (22) <https://www.wrm.org.uy/publications/15-years-of-redd>
- (23) <https://www.the-scientist.com/amazon-rainforest-nearing-savannah-tipping-point-69782>
- (24) [https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=51Rctpb\\_EJg](https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=51Rctpb_EJg)
- (25) Ver a declaração da última reunião dessa aliança em 2022 em <https://www.wrm.org.uy/bulletin-articles/communities-in-west-and-central-africa-are-determined-to-put-a-stop-to-oil-palm-plantations-expansion>

## O caráter destrutivo da bioeconomia e a luta pelo território da comunidade Virgílio Serrão Sacramento no Pará, Brasil

**Famílias camponesas sofrem ameaças de despejo por parte da empresa de monocultivo de dendê Brasil Bio Fuels (BBF), com o governo do Estado sendo cúmplice de ela. Este artigo mostra que a tão falada 'bioeconomia' não é nem 'sustentável', muito menos 'limpa'. O que ela faz é destruir territórios de comunidades, da mesma forma como as indústrias que promovem o extrativismo baseado nos combustíveis fósseis há muito tempo vêm fazendo.**

Em 06 de junho de 2024, o juiz André Luiz Filo-Creão Garcia da Fonseca da Vara Agrária em Castanhal, estado do Pará, Brasil, expediu um mandado de reintegração de posse a favor da empresa de monocultivo de dendê, a Brasil Bio Fuels (BBF). A decisão significa a expulsão imediata de 38 famílias camponesas da comunidade Virgílio Serrão Sacramento de seu território. O juiz na sua decisão advertiu as famílias que caso elas não saiam de forma voluntária, a Polícia Militar do Pará deve cumprir a decisão à força. Até o momento, as famílias aguardam a intimação sobre essa decisão.

O assentamento Virgílio Serrão Sacramento nasceu quando no final de 2015, dezenas de famílias se juntaram no município de Mojú, região Nordeste do estado do Pará na região Amazônica, para retomar uma área de cerca de 700 hectares de onde várias delas tinham sido expulsas no passado por madeireiros e fazendeiros. A motivação das famílias foi a ameaça de que a BBF se apropriasse dessa área como parte de seu projeto de expandir ainda mais a monocultura do dendê na região. Além disso, as famílias sabiam que os 700 hectares retomados eram terras públicas, do estado do Pará. E como prescreve a Constituição do país, essas terras devem cumprir sua função social, o que significa beneficiar famílias camponesas e não empresas privadas como a BBF.

Mas não é isso que ocorre no estado do Pará. Logo depois da retomada em 2015, as famílias pediram ao órgão estadual de terras, o ITERPA, a regularização da área. Mas o ITERPA se recusou a atender as famílias durante anos apesar de prometer mais de uma vez que faria o estudo fundiário da área. Quando a BBF entrou na justiça em 2019 afirmando que ela era o proprietário legítimo da área, o ITERPA lavou as mãos de vez, alegando que não podia fazer mais nada porque o caso estava judicializado. Em 2020, a empresa conseguiu a primeira liminar judicial favorável a ela, determinando a desocupação da área pelas 38 famílias.

Mas de acordo com as famílias, a BBF usou de má-fé, apresentando títulos improcedentes ao juiz. A defesa das famílias entrou com recurso e conseguiu reverter a liminar. No entanto, em meados de 2023, a BBF conseguiu outra vez uma liminar favorável a ela. Foi quando o caso passou para a análise da Comissão de Soluções Fundiárias do Poder Judiciário do estado do Pará, um órgão criado para tentar mediar conflitos fundiários no Brasil. Mas as partes não chegaram a um acordo porque as famílias camponesas, na certeza de seu direito legítimo sobre os 700 hectares, não estavam dispostas a abrir mão de nem um centímetro do território. Sem acordo, o processo voltou

para o Juiz que outra vez, como já foi dito, decidiu dar as terras para a BBF levar adiante seu projeto de monocultura de dendê.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no Pará, membro da Via Campesina, articulação internacional em defesa de camponesas e camponeses no mundo inteiro, denuncia em nota que “nem é justo e nem moral privilegiar uma empresa que viola direitos em detrimento de 38 famílias que produzem alimentos.” As famílias plantaram suas roças com uma grande variedade de alimentos que não só servem de alimentos para as famílias, mas também beneficiam a população regional. Nos quase 9 anos de ocupação, construíram seus lares, criaram e recriaram seus laços com o território. Desde 2020, e sobretudo neste momento, sofrem com as constantes ameaças de expulsão, como afirma um dos moradores: “Meu irmão tá chorando igual uma criança, ele tá com a área toda pronta pra plantar melancia quando recebemos essa notícia, faz três dias que eu não consigo dormir”. (1)

### **A opção do governo do estado pela ‘bioeconomia’ e o agronegócio do dendê**

A opção feita pelo governo do Pará, sob comando do governador Helder Barbalho, de atuar no sentido de aumentar os lucros privados de uma empresa como BBF e outras empresas do setor de óleo de dendê, em detrimento de comunidades camponesas, não gera surpresa. Afinal, o governador nos últimos tempos não fala em outra coisa além de ‘bioeconomia’, e o azeite de dendê é considerada uma das “energias renováveis” estratégicas na qual a ‘bioeconomia’ Paraense se baseia.

Um exemplo de sua atuação para beneficiar as atividades da BBF foi a participação do governador do Pará num evento em abril de 2023 em Londres, ao lado de Milton Seagall, o principal executivo da Brasil Bio Fuels. Em sua fala durante o evento, Barbalho destacou que: “Chamo atenção dos presentes para a importância de darem atenção para essa nova atividade econômica [a bioeconomia] do nosso país. A bioeconomia, a partir de investimentos em inovação, tecnologia e pesquisa permitirá a alavancagem de novos negócios. Certamente se olharem as janelas de oportunidades globais, irão perceber o quanto a bioeconomia é a agenda oportuna que permitirá com que o mundo possa dialogar com os negócios, mas acima de tudo, com a sua biodiversidade. Sendo o Brasil o país com a maior biodiversidade tropical do planeta, não podemos perder a oportunidade”. (2)

Barbalho se orgulha do fato de que o Pará é o primeiro estado no Brasil a ter um “plano de bioeconomia” (3). Afirma ainda que esse Plano foi “construído a partir da escuta dos povos tradicionais e ancestralidades”. Mas na realidade, o Plano foi elaborado pela The Nature Conservancy (TNC). Sediada nos Estados Unidos, a TNC já foi chamada de “o grupo ambiental mais rico do mundo” pelo The Washington Post. Por isso, é muito mais parecida com uma empresa do que com uma ONG ambiental. Além disso, a TNC tem fortes ligações com as elites do capital financeiro internacional, que tem representantes em seu Conselho (4). De fato, o Plano de Bioeconomia foi concebido principalmente como forma de atrair novos negócios, o que Barbalho também lembrou em seu discurso no evento mencionado em Londres: “Identificamos, a partir de

43 tipos de produtos [da bioeconomia], a alavancagem de US\$ 120 bilhões de dólares em negócios”.

A monocultura do dendê é uma das principais atividades entre esses “negócios”. Num vídeo propagandeado na página web da BBF, Barbalho considera que o estado do Pará tem uma “vocação” para a monocultura do dendê para produção de “biocombustível”, considera o dendê uma produção “limpa”, “de baixo carbono”, orgulhando-se de dizer que o Pará já é “o maior produtor do Brasil” (5).

### **O cara da ‘bioeconomia’ da monocultura de dendê: destruição e violência**

Se   esse o futuro que o governador pretende apresentar ao mundo enquanto anfitrião da Conferência do Clima, a COP30, em Belém em 2025, terá que passar com seus convidados por quil metros de fileiras monótonas de dendê, em meio a constantes aplicações de agrotóxicos que matam tudo, menos o dendê, e contaminam as  guas. Precisaro  trafegar no meio de um modelo que promove injustiças e violações.

Essas fileiras monótonas escondem histórias de vida de comunidades como Virgílio Serrão Sacramento que diferente do dendê, procuram dar vida   terra, o que permite a elas viver com dignidade. Igual a muitas outras famílias indígenas e quilombolas que numa região próxima, o Vale do Acar , enfrentam as mesmas agressões da expansão do monocultivo de dendê pela BBF e outras empresas, como a Agropalma. Enfrentam também a mesma recusa do Estado em regularizar seus territórios.

A única terra indígena oficialmente demarcada pelo Estado brasileiro na Vale do Acar , a Terra Indígena Tur -Mariquita do povo Temb , com seus 147 hectares, é a menor terra indígena oficialmente demarcada no Brasil. Cansados de esperar o Estado brasileiro, desde 2021, indígenas e quilombolas realizaram várias retomadas de terra. Organizaram-se no Movimento IRQ (Indígena, Ribeirinho e Quilombola), lutando em conjunto pela demarcação de seu território.

Desde que começaram essas retomadas, as comunidades se deparam com práticas violentas de diversos grupos fortemente armados, incluindo as polícias do Estado, seguranças e milícias privadas das empresas, e ‘facções’ do crime organizado. Aumentou assustadoramente a perseguição, as ameaças de morte, humilhações e, inclusive, o racismo por parte de parcelas da população regional contra as comunidades Temb , Turiwara e quilombolas, acusadas de atrapalhar o desenvolvimento. Sucessivas denúncias e boletins de ocorrência realizados pelas comunidades aos órgãos competentes têm sido em v o. (6)

Por fim, deixamos nosso mais veemente repúdio, tanto   decisão do juiz André Luiz Filo-Cre o Garcia da Fonseca no caso, bem como   total inação do governo do estado que não cumpre sua obrigação enquanto defensor dos direitos do povo Paraense, neste caso as 38 famílias do assentamento Virgílio Serrão Sacramento.

A história do assentamento mostra com toda a clareza que a tão falada 'bioeconomia' não é nem 'sustentável', muito menos 'limpa'. O que ela faz é destruir territórios de comunidades, da mesma forma como as indústrias que promovem o extrativismo baseado nos combustíveis fósseis há muito tempo vêm fazendo.

### **Secretariado Internacional do WRM**

- (1) [Denúncia: 38 famílias de agricultoras e agricultores familiares do MPA no Pará estão sendo despejadas pelo estado do Pará e BBE, MPA, junho 2024](#)
- (2) [Em conferência em Londres, governador do Pará anuncia concessão de áreas florestais para crédito de carbono, Globo, abril 2023,](#)
- (3) [Helder Barbalho discute Zona Franca da Bioeconomia no Pará com vencedor do prêmio Nobel, Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Governo do Pará, setembro 2023,](#)
- (4) <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/redd-e-economia-verde-agravam-opressao-e-desmatamento-no-para-brasil>
- (5) [Boletim WRM, REDD e Economia Verde agravam opressão e desmatamento no Pará, Brasil, julho 2023,](#)
- (6) [Boletim WRM, A luta pela terra na Amazônia brasileira contra empresas de dendê e mineradoras, fevereiro 2024.](#)

## Orinoquia Colombiana: Entre o esquecimento, o extrativismo e a reserva agrícola

**A Orinoquia se estende desde o sopé da cordilheira oriental até a fronteira com a Venezuela. Historicamente, a região tem sido associada à exploração de borracha, madeira, peles e outros dos chamados “recursos naturais”, à custa da exploração de comunidades ancestrais. Hoje, surgem novas ameaças sob o paradigma da conservação, da energia verde e dos projetos de carbono.**

PA Orinoquia é uma das cinco regiões geográficas da Colômbia, abrangendo os departamentos de Arauca, Casanare, Meta, Vichada e a parte norte de Guaviare. Também conhecida como Los Llanos, essa região inclui uma grande diversidade ecossistêmica e cultural, entre sopé, selva de transição, savana, savana inundável e rios caudalosos, com uma grande variedade de fauna e flora, parte dela em perigo de extinção.

A narrativa do “vazio” (1) foi usada para descrever a Orinoquia, daí o seu nome comum, “llanos”, que se refere ao plano, ao desabitado e ao selvagem. Porém, nessa região existe uma diáspora de Povos Indígenas nômades que habitaram a região em épocas ancestrais e hoje estão confinados em algumas reservas já estabelecidas (2) e em assentamentos ainda não reconhecidos pelos órgãos competentes do Estado (Ministério do Interior). São populações que, na sua maioria, foram declaradas em risco de extinção física e cultural pelo Tribunal Constitucional (auto 004). (3) Devido ao etnocídio e ao racismo estrutural de que foram vítimas, atualmente elas não têm meios físicos nem culturais para sobreviver. (4)

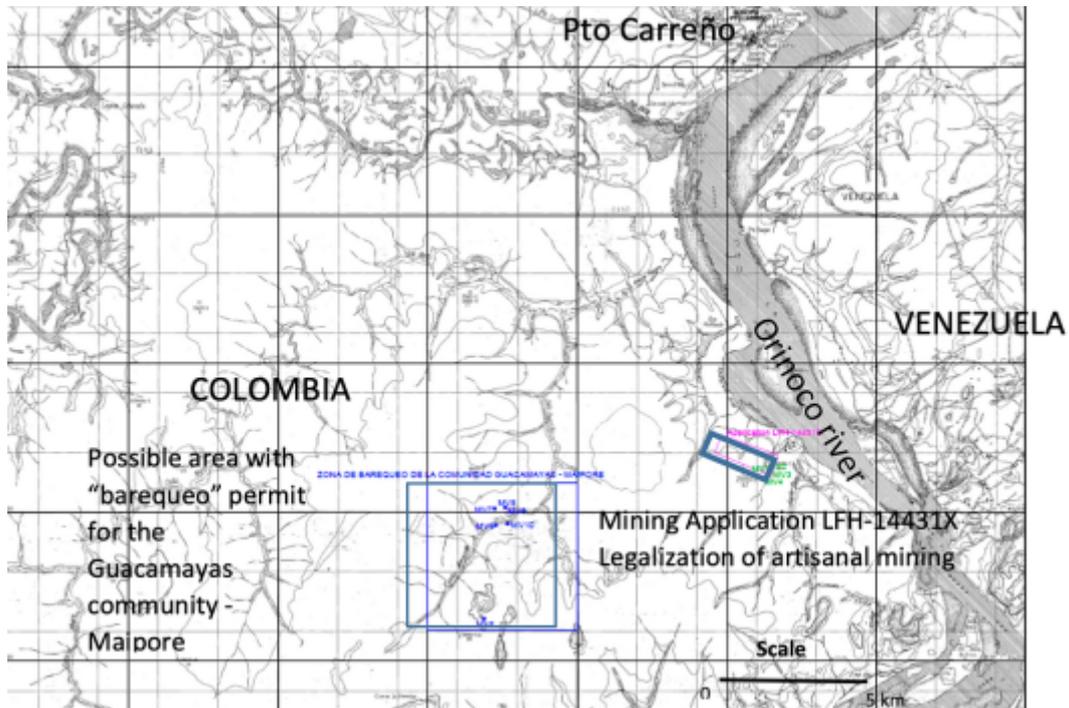
O Estado colombiano continua promovendo a interpretação desse território como “vazio” e disponível como reserva agrícola. Para tanto, concedeu o direito de uso da terra aos grandes capitais nacionais e estrangeiros, sem levar em conta a existência e a participação das comunidades nessas decisões nem aplicar uma abordagem diferenciada a esse tipo de atividades e projetos que têm efeitos diretos sobre territórios e territorialidades indígenas. (5)

À cultura ancestral do povo se opõe a estratégia de desenvolvimento violento, (6) que se atualiza no território através de programas de colonização direcionada, exploração de borracha, cinchona, anil ou hidrocarbonetos, além de monoculturas e pecuária. Soma-se a isso a recente designação da região como “grande despensa agrícola” para expansão do agronegócio, captura e compensação de carbono, bem como mineração de terras raras.

Em 2014, com a aprovação do documento CONPES 3797, (7) o Estado colombiano projetou uma parte da Orinoquia, denominada altiplanicie (planalto), como área de expansão agrícola, destacando seu potencial para grandes projetos de cultivo de dendê e mineração. O documento não menciona os Povos Indígenas, seus projetos produtivos nem seus processos de organização.

Vejamos três exemplos recentes de intervenção externa no território.

## Vichada e a mineração: arco mineiro da Orinoquia



(Imagem de Auxico Resources <https://www.auxicoresources.com/colombia>)

As reservas minerais da Orinoquia colombiana têm alto valor no mercado internacional devido à presença de minerais raros. (8) Em 2012, o Estado colombiano declarou e delimitou zonas do departamento de Vichada como Áreas Estratégicas de Mineração (AEM) por meio da resolução 0045 da Agência Nacional de Mineração (ANM). (9) No entanto, essa resolução, assim como outras de natureza semelhante, foi anulada pelo Tribunal Constitucional em 2015, devido à violação dos direitos à Consulta Prévia, à diversidade cultural, à participação cidadã e ao território. (10) Porém, antes dessa decisão do Tribunal, entre 2003 e 2012, haviam sido apresentados às autoridades 190 pedidos de concessões para mineração, cobrindo uma área total de 895.908 hectares, o equivalente a 9% do departamento. (11)

Em 2022, a comunidade da Reserva Indígena Guacamayas-Maiporé, em Vichada, começou a expressar preocupação com a mineração em sua reserva e em uma área próxima. Em um projeto da multinacional canadense Auxico Resources, foi negociada uma propriedade adjacente à reserva onde havia um processo de concessão para mineração artesanal desde 2010. A Agência Nacional de Mineração concedeu a licença em 2023 e, em 2024, a autoridade ambiental (Corporinoquia) aprovou o Estudo de Impacto Ambiental do projeto. (12)

A multinacional garante que tem um acordo com a Reserva de Guacamayas-Maiporé para explorar a mineração dentro do território. (13) A situação é desmentida pela maioria dos habitantes da Reserva, segundo os quais apenas uma pessoa assinou esses documentos, sem participação da comunidade. Agora eles temem que, dentro de alguns anos, a exploração desses metais dentro da Reserva tenha início sem o seu consentimento. Os estudos de impacto ambiental não levaram em

consideração os efeitos sobre as comunidades do entorno, e não há prevenção nem compensação ambiental de qualquer tipo.

A multinacional usa a figura da “mineração artesanal” para obter o direito de explorar com padrões de controle menos rígidos. Cabe perguntar que tipo de mineração artesanal pode ser feita por uma multinacional com interesses estratégicos supranacionais nesses minerais e, além disso, com planos de construir uma refinaria de terras raras em território colombiano. Também não está claro sobre quem recairiam as obrigações decorrentes da licença – sobre a empresa ou sobre a pessoa de quem se adquiriu a propriedade – deixando um vazio com relação às responsabilidades que a empresa possa ter pelos impactos ambientais ou sociais. (14)

### **Casanare: Caño Mochuelo e os conflitos de dois projetos “ambientais”**

A Reserva Indígena de Caño Mochuelo, localizada no departamento do Casanare, obteve uma importante vitória em 2010: em assembleia geral impediu a exploração de petróleo em seu território. (15) No entanto, atualmente estão em debate dois projetos relacionados à onda da “economia verde” promovida pelo governo de Iván Duque e aprofundada no de Gustavo Petro: a venda de créditos de carbono e um projeto de “reflorestamento” de 200 hectares com espécies de eucalipto.

A Reserva de Caño Mochuelo tem uma situação única dentro da pluriversidade cultural colombiana. Em uma área inferior a 100 mil hectares, dez povos diferentes estão confinados em 14 assentamentos. Eles têm tradições nômades ou seminômades, e foram exterminados física e culturalmente ao longo da história. (16) As comunidades têm uma Assembleia Geral como forma de governança e participação, mas nem sempre a decisão dessa Assembleia é respeitada, e uma única pessoa pode acabar decidindo por 14 comunidades.

### **Ano de 2022 – Projeto de venda de créditos de carbono (CO2)**

As comunidades que vivem na Reserva de Caño Mochuelo têm sido empobrecidas pela falta de atenção e oportunidades de educação e trabalho, ao mesmo tempo em que são vítimas de muitas violações à sua dignidade humana, reconhecidas pelo próprio Estado colombiano no processo de reparação coletiva às vítimas do conflito armado. (17)

Desde 2022, a empresa CO2CERO – através de uma pessoa física, Henry Andueza Errunuma – vem promovendo um projeto de venda de créditos de carbono que se pretende implementar na Reserva. O acordo seria assinado entre a empresa e Andueza, que atua como sócio coordenador de REDD+ em nome de nove reservas indígenas, sem especificar o tipo de atividade que gerará os créditos de carbono (conservação, plantações de árvores, etc.). No site da empresa, há um projeto cadastrado com o nome de Awia Tuparro +9, no qual, embora sejam mencionados vários territórios indígenas, não aparece a Reserva de Caño Mochuelo (Projetos de Carbono – CO2CERO).

No processo de debate público desse projeto, os proponentes não executaram o protocolo de consulta prévia, livre e informada. Usando como desculpa a natureza comercial do contrato, eles

garantem que se trata de um acordo baseado em decisão livre das partes. Apesar de haver ferramentas como as salvaguardas sociais, ambientais e institucionais promulgadas na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, na prática, não existe um garantidor que faça cumprir os direitos mínimos de acesso à informação e à participação cidadã por parte das comunidades. (18)

O contrato tem algumas particularidades que vale a pena mencionar:

- O contrato é uma procuração (contrato de mandato) em que a Reserva autoriza um terceiro a negociar em seu nome.
- O contrato possui cláusulas de confidencialidade que afetam as salvaguardas sociais de acesso à informação.
- O contrato define que a Reserva é que deve assumir as salvaguardas socioambientais, contrariando as obrigações que as empresas têm com relação a essa questão.
- Apesar de afirmar que os investimentos estão vinculados aos chamados “planos de vida”, atualmente as comunidades da Reserva não contam com eles. Um “plano de vida” é uma ferramenta desenvolvida pelas próprias comunidades para habitar o território a partir de sua cultura e sua identidade próprias, abrangendo diversas áreas, como espiritual, política, ambiental e econômica.
- As cláusulas de descumprimento que se aplicam às comunidades chegam a 100 milhões de pesos colombianos (25 mil dólares).
- Se, uma vez realizados os estudos, a análise não considerar o projeto viável, os custos deverão ser assumidos pela Reserva Indígena.

A aprovação do projeto de créditos de carbono não foi feita pela via regular da Assembleia Geral da Reserva, e sim por meio de uma figura que não existe nos seus Estatutos: uma mesa diretora com 14 autoridades, sem levar em conta a vontade das comunidades, que já haviam manifestado suas objeções ao projeto em várias assembleias.

Embora a Assembleia Geral tenha decidido, em abril de 2024, não prosseguir com esse projeto, o contrato já havia sido assinado pelo Governador da Reserva em dezembro de 2023, sem autorização da Assembleia. Isso representa um cenário difícil para que se possa abandonar esse projeto sem consequências jurídicas.

## **Ano de 2024 – Projeto de reflorestamento com eucalipto**

Em dezembro de 2023, o ex-governador do departamento do Casanare, Salomón Andrés Sanabria, e o atual governador da reserva de Caño Mochuelo chegaram a um acordo secreto para realocar dinheiro do Sistema Geral de Royalties. O recurso, que era destinado à infraestrutura educacional em escolas indígenas, foi realocado para a “implementação de ações voltadas à melhoria da qualidade de vida da comunidade da Reserva Indígena de Caño Mochuelo, com reflorestamento produtivo no município de Paz de Ariporo” (código BPIN 2023100010060), no valor de 7 bilhões de pesos colombianos (1,7 milhão de dólares)

Nesse projeto, não houve consulta prévia nem aprovação pela Assembleia, apenas um documento pessoal assinado pelo governador da Reserva. Existiam documentos anteriores sobre negociações com os demais grupos indígenas no departamento do Casanare, e internamente, em Caño Mochuelo, havia sido determinado que o dinheiro que o Estado dá aos Povos Indígenas a título de royalties seria destinado a investimentos na infraestrutura educacional das escolas indígenas do Casanare. (19) Sendo assim, por que a decisão das comunidades foi alterada?

Esse projeto visa plantar 200 hectares com eucaliptos em plena savana do Casanare, argumentando que eles são eficientes para a “reconstrução das florestas” e a “recuperação da identidade indígena”. Mas os impactos negativos dessas monoculturas estão mais do que comprovados, e um deles é o alto consumo de água, inclusive em níveis subterrâneos.

---

### **Mais exemplos de colonialismo de carbono e racismo em Orinoquia**

Muito antes do projeto em Paz de Ariporo, investidores estrangeiros da empresa Forest First Colombia se apropriaram de 40 mil hectares no departamento de Vichada para estabelecer uma plantação de eucaliptos voltada à venda de créditos de carbono. Em uma entrevista, seus representantes afirmam que “nessa região da Colômbia, não só não há estoques de carbono no solo, mas também não há vegetação para reter esse carbono”, acrescentando que o eucalipto, ao contrário, é “muito eficiente em retirar carbono do ar e armazená-lo na madeira”. Em sintonia com o governo colombiano, que considera a região “vazia”, os representantes do projeto alegaram que “não estão desalojando pessoas”. No entanto, eles acusam as comunidades de base pela destruição ambiental, em vez de sua própria monocultura de eucalipto: “As poucas pessoas que vivem lá ateiam fogo nas pastagens várias vezes ao ano devido a más práticas de manejo da terra” (20).

---

Ironicamente, dentro do estudo ambiental do projeto em Paz de Ariporo, o reflorestamento com eucalipto se justifica com o objetivo de recuperar a identidade cultural das comunidades indígenas, quando, na realidade, não existe nenhum tipo de relação cultural entre aquelas árvores de origem australiana e as comunidades da Orinoquia.

Vale ressaltar que, se o objetivo do projeto era o fortalecimento dos Povos Indígenas e não apenas os interesses do capital e dos empreiteiros amigos dos governantes da vez, o reflorestamento deveria ter sido planejado com múltiplas espécies da família das arecáceas (palmeiras), que, em função de sua alta demanda e do grave confinamento das comunidades, chegaram a ser extintas na Reserva.

As arecáceas não só são a mais importante fonte de matéria-prima para construção, fabricação de ferramentas, roupas, artesanato, medicamentos, obtenção de alimentos, etc., mas também estão ligadas a um universo teológico entrelaçado a todos os outros organismos com os quais se coabita na Orinoquia. O buriti (*Mauritia flexuosa*) se destaca por ter complexas relações de associação com múltiplas espécies, razão pela qual foi considerado uma espécie fundamental para a vida. Um caso

semelhante é o da bacaba (*Oenocarpus bacaba*), da inajá (*Attalea maripa*), da tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) e do açaí (*Euterpe oleracea*). (21) É nessas espécies de palmeira e em outras plantas que se encarnam as sabedorias dos antepassados.

Apesar desses fatos, as instituições do Estado não assumem responsabilidades pelos impactos ambientais ou pelas garantias dos direitos coletivos, nem pela consulta adequada, deixando as comunidades desprovidas de apoio e acompanhamento do Estado.

### **Corporação Claretiana NPB (22)**

Andrés Tiboche e Daniel Ávila

(1) Rausch, J. M. (1999). La frontera de los Llanos en la historia de Colombia: (1830- 1930). Tradução de Nicolas Suescún. Santafé de Bogotá: Banco de la República, El Ancora

(2) A Reserva Indígena é uma figura político-administrativa retomada da época colonial, que busca proteger o território das comunidades indígenas, com respeito à sua autonomia e sua autodeterminação, em conformidade com a convenção 169 da OIT.

(3) <https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/autos/2009/a004-09.htm>

(4) Conforme evidenciado no relatório apresentado à Jurisdição Especial para a Paz (JEP) através da Rede Llanos & Selva: “Etnocídio y Racismo Estructural en la Orinoquía”, em 2021.

(5) No Tribunal Constitucional, as “territorialidades” foram reconhecidas para as comunidades indígenas como lugares que, embora não estejam dentro do seu território delimitado oficialmente, fazem parte da sua cultura devido a relações espirituais e culturais. SU 123 de 2008.

(6) Gómez G., A. (1991). Indios, colonos y conflictos: una historia regional de los Llanos Orientales, 1870-1970. Bogotá: Siglo XXI Editores, Pontificia Universidad Javeriana.

(7) Conselho Nacional de Política Econômica e Social, órgão encarregado de assessorar as políticas econômicas e sociais do país.

(8) As terras raras são um grupo especial de minerais com elevado valor comercial para o desenvolvimento tecnológico.

(9) Diário Oficial. Ano CXLVIII. n. 48483. 6 de julho de 2012. p. 131. In:

<https://www.suin-juriscol.gov.co/viewDocument.asp?id=4007264>

(10) Sentença de Tutela T 766 de 2015,

<https://justiciaambientalcolombia.org/wp-content/uploads/2016/06/sentencia-t-766-2015-1.pdf>

(11) Rojas, I., Ospina, J. e González O. (2019) Vichada: Tierra Codiciada. In: Território E Desenvolvimento 2019; janeiro-junho. Vol. 3, nº 1, p. 13-19

(12) [https://www.elespectador.com/investigacion/la-historia-no-contada-de-la-primera-mina-de-tierras-raras-en-vichada-colombia/#google\\_vignette](https://www.elespectador.com/investigacion/la-historia-no-contada-de-la-primera-mina-de-tierras-raras-en-vichada-colombia/#google_vignette)

(13) [https://www.auxicoresources.com/files/ugd/6f9bc0\\_4801a8ed522945498617f1d95afbfc12.pdf?index=true](https://www.auxicoresources.com/files/ugd/6f9bc0_4801a8ed522945498617f1d95afbfc12.pdf?index=true)

(14) Atualmente o governo colombiano está negociando com as comunidades indígenas para atualizar o código de mineração. No entanto, conseguimos mostrar que a questão das terras raras não foi abordada diretamente e há um grande desconhecimento sobre esse tipo de projeto.

(15) <https://sistematizacioncm.wordpress.com/4-el-proceso-de-intervencion/el-proceso-de-intervencion/2010-2/> Art. 1º da Res. 0171 de 2016 da unidade para a atenção e reparação de vítimas. Define o confinamento como uma situação de violação de direitos fundamentais, em que as comunidades, apesar de permanecerem em uma parte do seu território, perdem mobilidade em consequência da presença e da atuação de grupos armados ilegais. Essa restrição implica a impossibilidade de acesso a bens essenciais à sobrevivência em função do controle militar, econômico, político, cultural e social exercido por grupos

armados ilegais no quadro do conflito armado interno.

(16) Auto 098 de medidas cautelares, no âmbito da reparação coletiva às vítimas do conflito armado. Existe um processo de reparação coletiva por parte do Estado colombiano, e nesse contexto, é emitida uma medida cautelar (figura legal preventiva para evitar danos maiores aos atingidos).

(17) Durante a elaboração deste artigo, o Tribunal Constitucional da Colômbia, por meio da decisão T 248 de 2024, decidiu sobre essa violação dos direitos coletivos das comunidades e sobre a omissão do Estado colombiano em aplicar uma abordagem étnica ao mercado voluntário de REDD+.

(18) O Sistema Geral de Royalties (SGR) é um mecanismo que visa garantir a distribuição equitativa e o uso eficiente das receitas provenientes da exploração dos recursos naturais não renováveis do país.

(19) <https://dfcgov.medium.com/a-q-a-with-forest-first-colombia-ceo-tobey-russ-and-cfo-jonathan-dodd-on-climate-change-mitigation-06e33921cd4d>

(20) Schultes, R. E. (1974). Palms and religion in the northwest amazon. Cambridge: Harvard University.

(21) Organização que acompanha as comunidades indígenas da Orinoquia há mais de 20 anos.

## **Camarões: A resistência contra as operações de replantio da SOCAPALM é fértil!**

**A empresa está em processo de renovação de parte de suas plantações de dendezeiros em Edéa. No final do ano passado, as comunidades de Edéa começaram a se mobilizar contra esse processo. Sua resistência e determinação em parar a empresa levaram o prefeito a solicitar que a Socapalm parasse suas atividades. Esta é uma primeira vitória da comunidade e das mulheres organizadas de Edéa, mas a luta continuará até que a SOCAPALM devolva as terras às comunidades!**

SOCAPALM é o nome de uma empresa que controla quase 60 mil hectares de plantações industriais de dendezeiros em Camarões. Ela foi estatal até o ano 2000, quando foi privatizada e adquirida pela empresa agroindustrial SOCFIN, de propriedade majoritária do grupo francês Bolloré, controlado pela família Bolloré e pela família Huber Fabri, de Luxemburgo. O Banco Mundial teve um papel fundamental na história de como o conglomerado SOCFIN e as poucas famílias bilionárias europeias que controlam essa empresa lucraram com a compra da SOCAPALM. (1)

Atualmente, a empresa está em processo de renovação de parte de suas plantações de dendezeiros em Edéa, para manter e aumentar ainda mais sua produtividade e, portanto, seus lucros.

No final do ano passado, as comunidades de Edéa começaram a se mobilizar contra esse processo, principalmente as mulheres de uma das aldeias que se organizaram na Associação de Vizinhas da Socapalm em Edéa – AFRISE, na sigla em francês.

Elas lançaram um abaixo-assinado (2) para mobilizar a solidariedade internacional para com sua demanda de impedir a SOCAPALM de replantar, e alertaram que estavam prontas para fazer o que fosse necessário para impedir a operação da SOCAPALM em Edéa, dizendo: “Não aceitaremos passar os próximos 50 anos nesta miséria. Estamos determinadas a lutar para libertar nossas terras e conquistar espaços de vida para nossos filhos, que são as gerações atuais e futuras”.

Alertada pelo início da operação de replantio em algumas aldeias, no início deste mês, a Aliança Informal contra as Plantações Industriais de Dendê na África Ocidental e Central, um coletivo de comunidades e ativistas que luta contra a expansão das plantações na África, divulgou uma declaração em apoio às comunidades.

Na declaração, (3) a Aliança Informal diz que nós “exigimos que a Socapalm pare imediatamente de replantar dendezeiros nas proximidades das casas e sepulturas das comunidades que vivem em Apouh à Ngog, o que vem acontecendo desde quarta-feira, 8 de agosto de 2024. O plantio de dezenas de milhares de hectares de dendezeiros em frente aos quintais desses moradores locais é um grave ataque à soberania alimentar das famílias da aldeia e à dignidade das mulheres de Apouh à Ngog, no distrito de Edéa 1, em Camarões”.

A resistência da comunidade e sua determinação em parar a empresa levaram o prefeito a solicitar que a Socapalm parasse suas atividades.

Esta é uma primeira vitória da comunidade e das mulheres organizadas de Edéa, mas a luta continuará até que a SOCAPALM devolva as terras às comunidades!

(1) <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/o-legado-duradouro-de-um-projeto-pouco-conhecido-do-banco-mundial-visando-garantir-plantacoes-africanas>

(2) <https://www.wrm.org.uy/pt/alertas-de-acao/apoie-as-mulheres-de-camaroes-que-resistem-as-plantacoes-de-dendezeiros>

(3) <https://www.wrm.org.uy/action-alerts/stop-socapalms-replanting-operations>

## Argentina: Luta comunitária contra a poluição das serrarias

**A província de Corrientes concentra a maior área de plantações industriais de árvores da Argentina, e 80% da madeira vai para serrarias. Montanhas de serragem são queimadas periodicamente, causando graves problemas à vida e à saúde dos moradores. A organização local Guardianes del Y'verá fez uma pesquisa sobre saúde comunitária para denunciar o problema, exigir que esses estabelecimentos mudem para outros lugares e denunciar os impactos desse modelo.**

Nuvens negras de fumaça e poeira obrigam as famílias de Concepción, na província argentina de Corrientes, a se trancar periodicamente em suas casas. A queima de serragem nas sete serrarias dessa cidade de 26 mil habitantes causa problemas respiratórios e reações na pele. Entre os mais afetados estão crianças e idosos. No entanto, as autoridades locais não tomam medidas para conter a poluição, mostrando que, para elas, os interesses econômicos da indústria da silvicultura são mais importantes do que o bem-estar da comunidade.

Diante dessa situação, a organização socioambiental Guardianes del Y'verá decidiu fazer uma pesquisa sobre a saúde nas residências próximas às serrarias. As enquetes foram feitas em novembro de 2023 nos bairros Caaby Guazú, 30 Viviendas e 36 Viviendas, e “35% dos entrevistados detectaram problemas de saúde que associam às serrarias, desde o desenvolvimento de alergias e problemas respiratórios até casos de asma e doenças de pele”, informou a organização.

“As mais afetadas são as crianças”, diz Araceli Romero, moradora de Concepción e membro dos Guardianes del Y'verá, que participou da pesquisa. “Depois das queimas, o hospital atende crianças com problemas respiratórios ou de pele. O problema é muito evidente”, afirma a ativista, que também é enfermeira.

Corrientes é a província argentina com a maior área de monoculturas de árvores do país, tendo entre 434 mil e 500 mil hectares plantados, principalmente pinus e eucaliptos. Os dados variam conforme a fonte: o Ministério da Agricultura informa que são 437.803 hectares plantados até março de 2024, enquanto a Associação Argentina de Silvicultura (AFOA, na sigla em espanhol), que reúne as principais empresas do setor, afirma que são mais de 500 mil. Segundo dados do governo nacional, 80% da madeira vai para as serrarias. (1)

A cidade de Concepción está localizada no departamento que leva o mesmo nome, às portas dos Esteros del Y'verá, uma das maiores zonas úmidas das Américas, ameaçada, entre outras atividades, pela monocultura silvícola. (2) O departamento tem 39.500 hectares de monocultura, principalmente pinus. O trabalho nas plantações e serrarias – na maioria, em condições muito precárias e perigosas – é uma das poucas oportunidades de emprego oferecidas à população.

As plantações para silvicultura na Argentina aumentaram significativamente desde 1998, com a promulgação da Lei 25.080, que promove “florestas plantadas”. A normativa concede subsídios

(como o acesso a “apoios financeiros não reembolsáveis”) e enormes vantagens fiscais: isenção e estabilidade nos impostos durante 30 a 50 anos (ou seja, nenhum tributo é aumentado nem acrescentado durante esse período). Em Corrientes, essa política se traduziu em um aumento de mais de 200% da área com monoculturas de pinus e eucalipto entre 1994 e 2019. (3)

### **Plantações e serrarias: uma falsa promessa de progresso**

Longe de melhorar a situação econômica e social das comunidades de Corrientes, o avanço das monoculturas de pinus e eucalipto trouxe graves consequências: deslocamento de famílias de agricultores, cujas terras são invadidas por plantações, contaminação do meio ambiente pelo uso de agrotóxicos, consumo de água e aumento de incêndios.

A esses impactos, somam-se os das serrarias, que estão localizadas em centros urbanos e afetam sobretudo quem mora em bairros próximos. Toda semana, nesses locais, atea-se fogo às montanhas de serragem que se acumulam como resíduo da atividade. Segundo a pesquisa feita pelos Guardianes del Y'verá, além dos problemas de saúde causados pela fumaça e pela poeira, as famílias são afetadas por ruídos incômodos. Além disso, 25% dos domicílios relataram a precarização dos trabalhadores das serrarias, além de casos de acidentes de trabalho graves.

“Nesta cidade, o Estado está muito ausente”, Araceli explica. “Não há trabalho e, infelizmente, algumas crianças têm que abandonar o ensino médio para trabalhar nas serrarias, onde sua saúde é exposta à poeira que inalam constantemente”. E acrescenta: “Em muitos casos, elas não têm segurança para trabalhar, e algumas sofrem amputações das máquinas”.

Outra prática perigosa e poluente é o enchimento de áreas húmidas com serragem feito pelas serrarias ou pelo município, principalmente quando há seca. Em tempos de incêndios cada vez mais frequentes devido às mudanças climáticas e ao modelo de plantações, a presença de serragem nas zonas húmidas limítrofes aos bairros aumenta o risco de o fogo atingir as casas. Longe de ser um aceiro, a zona húmida se transforma em combustível.

### **A luta da comunidade**

Para os Guardianes del Y'verá, as pesquisas de saúde feitas por ativistas da própria comunidade são uma ferramenta na luta contra as monoculturas de plantações de árvores e o agronegócio. Antes dessa experiência, já haviam feito outra pesquisa em Mburucuyá, 50 quilômetros ao norte de Concepción. Lá, o uso de agrotóxicos nas plantações de frutas cítricas e de tomate causa graves problemas de saúde. Em 2017, Rocío Pared, uma menina de nove anos, morreu envenenada após comer uma tangerina envenenada que caiu de um trator. Sete anos depois, o crime continua impune, por isso familiares e organizações exigem justiça.

“Associamos as pesquisas comunitárias à nossa luta porque elas tratam do que as pessoas que vivem no lugar sabem e dizem”, explica Cristian Barrionuevo, outro membro dos Guardianes del Y'verá. Além da coleta de informações para dar visibilidade aos problemas, durante as pesquisas

os moradores expressam outras preocupações e, em muitos casos, permanecem em contato com as e os ativistas comunitários para fazer consultas ou denunciar outros atos de contaminação.

Neste caso, a pesquisa vinculada às serrarias serviu para demonstrar a inviabilidade de esses estabelecimentos continuarem operando perto das residências. Ao mesmo tempo, ficou demonstrado, mais uma vez, que o modelo de florestas plantadas não traz os benefícios prometidos à população, muito pelo contrário.

Diante disso, o grupo Guardianes del Y'verá exige que as serrarias se mudem para fora das comunidades e cidades, e continua denunciando os impactos do modelo de plantações industriais de árvores: “Nós, do Guardianes, continuamos exigindo a mudança das serrarias para fora das comunidades e reclamando das consequências do modelo industrial que causa esses e outros problemas graves, como aconteceu nos meses de seca extrema, quando ocorreram grandes incêndios em Corrientes, muitos deles nas cidades de Concepción e Santa Rosa, agravados pelo enchimento de zonas húmidas com serragem, gerando perigo de incêndio para todas as residências.”

### **Guardianes del Y'verá, Corrientes, Argentina e Secretariado Internacional do WRM**

(1) [Secretaría de Agricultura, Ganadería y Pesca de la Nación. Tablero de Foresto Industria:](#)

(2) [Boletim do WRM, Monoculturas, pobreza e falsas soluções: o legado de Harvard na Argentina](#), julho de 2023,

(3) Baruzzo, M; Smichowski, H. e outros. Plantaciones Forestales: crecimiento y expansión de la actividad forestal en las Lomadas Arenosas en Corrientes, Argentina. Universidad Nacional de Formosa, 2020: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/162643>

## DOS ARQUIVOS DO BOLETIM DO WRM

### **Para ler: Uma reflexão vinda da África: Vencer o medo para construir movimentos mais fortes**

Vários artigos deste boletim tratam das lutas comunitárias contra antigas e novas formas de extrativismo que ameaçam os territórios e os meios de subsistência das comunidades na América Latina, na África e na Ásia. Por esse motivo, recomendamos a releitura de uma entrevista com o membro do Comitê Consultivo do WRM Nasako Besingi, de Camarões, sobre os desafios que as comunidades enfrentam.

Em uma perspectiva africana, ele reflete não só sobre a resistência aos projetos empresariais e estatais que afetam os territórios, mas também sobre os desafios para se construir um movimento mais forte dentro dos países e além-fronteiras. A entrevista, publicada em 2018 no Boletim 241 do WRM, está [disponível aqui](#).

## RECOMENDADOS

### **Nova publicação: Prometer, dividir, intimidar e coagir: táticas que as empresas de óleo de dendê usam para tomar terras de comunidades. Edição resumida**

Recentemente, a Aliança Informal Contra a Expansão das Plantações Industriais de Dendê na África Ocidental e Central lançou uma nova versão resumida do livreto “Prometer, dividir, intimidar e coagir: Táticas que as empresas de dendê usam para tomar terras de comunidades”. Essa nova edição consiste em uma coletânea de mais de 20 táticas que as empresas de dendê usam para se apropriar das terras das pessoas com o objetivo de expandir plantações. É o resultado de muitos anos de experiência de ativistas comunitários e grupos de base que têm lutado para resistir à tomada das terras das comunidades pelas empresas.

Embora o foco esteja nas táticas das empresas de dendê, existem muitas semelhanças com outras indústrias e setores envolvidos na apropriação de terras e no extrativismo. O livreto está disponível [em francês aqui](#) e [em inglês aqui](#). Se você acha que ele também seria útil em outros idiomas, não hesite em nos informar! A versão longa, de 2018, está disponível aqui: [Francês/Inglês](#).

### **Argentina: Exigência de justiça pelo despejo de famílias camponesas pela Arauco**

No dia 5 de julho de 2024, três famílias camponesas foram violentamente despejadas na zona rural San Lorenzo 2, no município de Wanda, na província argentina de Misiones. O despejo foi executado pela polícia provincial, em colaboração com a multinacional Arauco. Durante a operação, [destruíram a propriedade de dez hectares](#) que havia servido ao sustento da família por uma década. Demoliram e queimaram as casas, as plantações, os galinheiros e os chiqueiros. As famílias perderam tudo, e alguns dos seus membros passaram até três dias detidos. Organizações camponesas e indígenas reunidas no “Grupo de luta pelo direito à terra” apresentaram um pedido ao governo de Misiones para que devolva a terra ou conceda urgentemente outras áreas às famílias despejadas. No final de agosto, elas não haviam recebido resposta.

A Arauco, que [atua no Chile, na Argentina, no Brasil e no Uruguai](#), desembarcou em Misiones em 1996, quando comprou a fábrica de celulose Alto Paraná. Desde então, a multinacional avançou sobre mais de 200 mil hectares de terras camponesas e indígenas com a plantação de monoculturas de pinus e eucalipto, desalojando comunidades e causando graves impactos à saúde, ao meio ambiente e à soberania alimentar. Diante disso, as comunidades travam uma [histórica luta](#) de resistência.

### **Projeto de desenvolvimento alimentar e energético em Merauke ameaça os povos indígenas e as florestas em Papua**

Em 23 de julho de 2024, o presidente indonésio Jokowi plantou o primeiro pé de cana-de-açúcar de mais um megaprojeto na Regência de Merauke, na província de Papua do Sul. Ele afirma que o projeto ajudará a enfrentar as crises alimentares e climáticas globais.

Mas parece ser apenas mais um desastroso grande empreendimento criado na Indonésia e em Papua, como o fracassado [MIFEE](#), que colocou em risco os meios de subsistência dos povos que dependem da floresta. As organizações Pusaka e LBH Papua denunciam o último megaprojeto proposto, entre outras coisas, por apropriação fraudulenta de terras envolvendo 38 empresas privadas, militarização da região, desrespeito aos direitos e pressão sobre os Povos Indígenas para que aceitem, e a falta de estudos socioambientais sobre o impacto do projeto. Para mais informações, veja [em inglês, aqui](#), e [em indonésio, aqui](#).

### **República Democrática do Congo: Direitos dos indígenas Batwa de retornar às suas terras ancestrais dentro do Parque Nacional Kahuzi-Biega são reconhecidos após décadas de luta**

Recentemente, a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos divulgou sua histórica decisão sobre o direito dos Povos Indígenas Batwa de regressar à sua terra ancestral, de onde haviam sido violentamente despejados quando o Parque Nacional Kahuzi-Biega foi criado no leste da República Democrática do Congo. Cerca de 6 mil Batwa ficaram sem terra quando seu território ancestral foi declarado área protegida, na década de 1970.

Eles não receberam qualquer indenização e enfrentaram décadas de graves discriminações, privações e abusos. “Nós sofremos muito e por muito tempo, agora a comunidade merece voltar às suas terras e ter os seus direitos respeitados”, afirma um Batwa citado na nota à imprensa sobre a decisão, publicada por uma ONG. Para mais informações em inglês, [veja aqui a postagem do REDD-Monitor](#) com links para o relatório do Grupo de Direitos das Minorias e links para a decisão da CADHP; Para informações [em francês, veja aqui](#); para informações em espanhol, [veja aqui](#).

**Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte:  
Boletim 271 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "Comunidades resistindo aos extrativismos: da bioeconomia aos monocultivos e à mineração" (<https://wrm.org.uy/pt/>)**

***O Boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.***

**[Assine o Boletim do WRM](#)**

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

Você perdeu a última edição do boletim do WRM  
***Compensação e monoculturas: ameaças crescentes aos territórios***  
**Acesse esta e todas as edições anteriores neste link**

**Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)**

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

**Secretaria Internacional do WRM**

Av. Bolivia 1962 Bis, CP 11500 Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

[wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy)

<http://wrm.org.uy/pt>